

## **Investimentos em infraestrutura e a hegemonia consensual brasileira na América Latina: o papel da Unasul**

João Paulo Eleutério<sup>1</sup>; Mayara Bello<sup>2</sup>; Joana Lavôr<sup>3</sup>; Lia Novello<sup>4</sup>; Luiz Felipe Novais<sup>5</sup>; Pedro Henrique Souza<sup>6</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo apresentar as medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação ao investimento em infraestrutura durante os mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula visando mobilizar a integração da América do Sul no cenário internacional e exercer uma hegemonia consensual legítima na área. Argumenta-se que as obras de infraestrutura física e energética dentro da Unasul fornecem o suporte necessário para que o continente se projete no cenário internacional tendo o Brasil como seu líder e sendo mais capaz de atender às demandas advindas do sistema internacional.

### **Palavras-Chave**

Brasil; Hegemonia Consensual; América Latina; Unasul; infraestrutura

### **Abstract**

This article is intended to highlight the measures taken by the Brazilian government towards infrastructure investments during the Fernando Henrique Cardoso's and Lula's administration in order to integrate South America in the international scenario and achieve a legitimate consensual hegemony in the region. The physical and power infrastructure within the Unasur provides the necessary support for the continent growth in the international framework, having Brazil as its leader, and allowing for larger capacity to meet the international system needs.

### **Keywords**

Brazil; Consensual Hegemony; Latin America; Unasur; infrastructure

---

<sup>1</sup> Graduando em Relações Internacionais pela Puc-Rio e estagiário da FUNDACE/USP. E-mail: joaopaulo\_ce1992@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Puc-Rio e estagiária na Subsecretaria de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na área de paradiplomacia. E-mail: mayara.bello@live.com

<sup>3</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Puc-Rio e estagiária no setor de assessoria de Cooperação Internacional da Academia Brasileira de Ciências. E-mail: joanalavor@gmail.com

<sup>4</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Puc-Rio, feminista e autora de artigos publicados no Observatório da Imprensa. E-mail: lianovello@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduando em Relações Internacionais pela UFRJ. Já atuou juntamente ao PNUD no gerenciamento de projetos em Lima, Peru. E-mail: luizfnovais@hotmail.com

<sup>6</sup> Graduando em Relações Internacionais na Puc-Rio e trabalha no Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: pmups@hotmail.com

## Introdução

A partir de meados dos anos 1990, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi considerado o mais bem-sucedido processo de integração já feito até então na América Latina (VÁZSQUEZ & RUIZ, 2009, p. 1). A iniciativa foi percebida como um meio para a consolidação dos valores e das instituições da democracia. Porém, embora o esquema sub-regional possuísse a busca da governabilidade da região sul-americana como um dos objetivos, apenas contribuiu como acordo-marco de complementação econômica; de forma que os limites de uma união aduaneira não foram transcendidos.

Com a ascensão da multipolaridade pós-Guerra Fria, torna-se perceptível que o Brasil se destaca como um ator cuja nova estratégia de desenvolvimento visa à inserção internacional. Tal mudança de ênfase foi notória durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e se acentuou ainda mais com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A iniciativa de formalizar uma estrutura capaz de vislumbrar mais do que acordos comerciais e cuja aplicação tivesse abrangência institucional em todo o subcontinente, nasceu com o Tratado de Brasília, assinado em 23 de maio de 2008. A partir desse momento, surge a Comunidade Sul-Americana, hoje conhecida como Unasul, um projeto institucional que almeja fortalecer as interações políticas regionais e internacionais.

O objetivo central deste paper é postular quais os recursos utilizados pela política externa do governo Lula para consolidar os objetivos do bloco. Com base nisto, procuramos responder à seguinte questão: por que o Brasil decidiu investir na infraestrutura física e energética no âmbito sul-americano com mais ênfase durante os mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula? Defendemos a hipótese de que estas áreas requerem um enfoque continental para uma melhor integração entre os países, e, tomando a Unasul como uma instituição de alcance não apenas regional, mas subcontinental, o governo visa alcançar para o Brasil uma hegemonia consensual na América do Sul. Entende-se hegemonia consensual como o modo pelo qual uma estrutura pode ser articulada, disseminada e mantida sem apelar para o uso da força para assegurar a participação de outros atores (BURGES, 2008, p. 65).

Isto fortaleceria a capacidade do país de obter mudanças no quadro de poder mundial em direção a uma configuração multipolar – de maneira, para tal, que o Brasil

se alia a países emergentes como a Rússia, China e Índia, no grupo atualmente conhecido como BRIC.

Concomitantemente a estes projetos regional, subcontinental e mundial, o Brasil segue sua política externa de busca por mais influência e autonomia no cenário internacional, diminuindo sua dependência com relação a potências mais tradicionais, como, por exemplo, os Estados Unidos.

Sendo assim, utilizamos o método qualitativo em um estudo de caso focado na relação do Brasil com o grupo dos países sul-americanos. Na pesquisa, buscamos apreender a riqueza de detalhes sobre o tema, visando contemplar as especificidades do grupo analisado e, a partir delas, entendimentos mais gerais.

Orientamos nosso trabalho no marco temporal que se inicia desde a formação do Mercosul, em 1991, até os dias atuais; focando na política externa do governo Lula e na criação da Unasul. Como marco geográfico, abordam-se todos os países membros do bloco, isto é, do continente sul-americano com exceção da Guiana Francesa.

Partimos da abordagem Neomarxista de Sean Burges, cujo “argumento reside em saber qual a estratégia de política externa implementada pelo Brasil, entre 1992 e 2002, para preservar a autonomia nacional, num contexto marcado por pressões e novas exigências impostas pelo fim da Guerra Fria. Ao mesmo tempo pretende saber como um país em desenvolvimento, com uma determinada ideia quanto à sua dependência da economia global [...]” (CARMEN FONSECA, 2009, p. 229) tenta impor-se como um ator influente no cenário internacional através de três instrumentos: o ideacional (criação da ideia de que a união é necessária para impedir a tentativa de domínio de outros Estados), o econômico (investimentos em infraestrutura) e o político (garantia de segurança para a região).

Sean Burges defende a tese de que o Brasil exerce uma “hegemonia consensual” na América do Sul, uma vez que, não tendo recursos econômicos suficientes para arcar com os custos da integração, utiliza-se de recursos como interações regionais para se fortalecer. O autor coloca que, mesmo que o Brasil exerça uma liderança frágil, os resultados serão positivos. E ressalta, ainda, que a estratégia brasileira vem mudando desde a década de 1990 até os dias atuais.

É possível afirmar que o início desse movimento acompanhou o ingresso do país no Mercosul. O segundo passo importante foi a proposta de integração física da América do Sul (IIRSA), no ano 2000, em Brasília, quando ocorreu a primeira reunião da história entre presidentes sul-americanos. Por essa abordagem, a IIRSA foi um

instrumento muito útil para o fortalecimento da liderança brasileira, pois oferece uma perspectiva de ganhos mútuos, diferentemente do comércio em que fica muito claro o desequilíbrio em favor do Brasil (BORGES, 2010, p. 1).

Diversos autores contribuem para os estudos da integração sul-americana. Nesse âmbito, apresentamos a visão de dois grupos teóricos expressivos: os realistas e os idealistas. As duas teorias, apesar de formulações contraditórias, elaboram explicações para um mesmo questionamento: o que impulsiona e como é impulsionada a integração regional? (SIEPIERSKI *et al*, 2009, pp.1-10).

Para os teóricos idealistas, o processo de integração é o resultado de um movimento ou regra natural do mundo no qual vivemos. Tais autores analisam o comportamento dos Estados a partir de padrões morais universais e acreditam na possibilidade de construção de um arranjo institucional capaz de garantir a paz em um estado de natureza, considerando que a cooperação entre nações diminui o risco de conflitos. Dessa forma, todo o processo de integração regional seria um tipo de cooperação entre os Estados na busca por ordenar o contexto internacional visando a manutenção de sua estabilidade. Seria, ainda, uma estratégia para aqueles países com pouca capacidade individual para a resolução de conflitos. Nessa visão, o papel do Estado na esfera internacional é meramente uma ilustração dos movimentos internos a ele, que disputam constantemente entre si o poder de influenciar a política externa (MARIANO, 2004).

De maneira oposta, para a teoria realista, os valores políticos não seguem uma ordem natural, sendo construídos através da história, fazendo com que as medidas estatais devam ser interpretadas através de seu objetivo maior: a sobrevivência do Estado. Na ótica dessa teoria, o Estado é o ator central do sistema internacional e seus interesses são fixos. O Estado atua de maneira racional em meio a um sistema anárquico que se caracteriza constantemente pela luta em busca do poder (KEOHANE, 1986). Para os realistas, os atores internos perdem sua importância na influência da política externa. Assim sendo, a integração não é um movimento natural, apenas um arranjo de comunidades políticas.

A divisão deste artigo é feita em três partes. A primeira volta-se ao estudo da política externa brasileira do governo de Fernando Henrique Cardoso – quando as ondas neoliberais culminaram na inserção do Brasil com mais veemência no cenário internacional – e no governo Lula – que, de forma semelhante ao governo anterior, ampliou tal influência, possibilitando ao país atingir o status de potência emergente. Em

seguida, apresentamos um breve estudo sobre o Mercosul e sua trajetória até a criação da Unasul em meio à atual orientação da política externa brasileira de reforço da união aduaneira e de implementação de medidas para o fortalecimento da integração física e energética da região - fomentando uma maior participação do país no cenário internacional. Cabe à conclusão tecer perspectivas e previsões dos cenários futuros e, ao mesmo tempo, lançar os desafios da institucionalização do espaço sul-americano.

### **A política externa brasileira nos governos FHC e Lula e seus desdobramentos para a criação e consolidação da Unasul**

Para entendermos melhor a análise de política externa e posicionamentos que influenciaram as Lula durante seu governo, é preciso primeiramente entender a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso que, imersa no contexto pós-Guerra Fria, apresentava propensão a mudanças em relação ao quadro vigente até então. Com efeito, durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, encontramos uma configuração em que a globalização torna-se fenômeno recorrente no dia-a-dia. Nessa realidade, o poder militar (*hard power*) não é mais tido como conceito absoluto de poder; nota-se a importância da influência em diferentes economias e culturas se intensificar nas relações de poder entre os Estados (*soft power*). Espalhou-se pelo mundo a ideia de livre iniciativa econômica, reforçada com a tendência de formação de blocos econômicos regionais como a ALCA, a APEC e o Mercosul (LAMPREIA, 1998, p.5-6).

Tal política considera três mudanças fundamentais herdadas de governos anteriores: a mudança de um regime autoritário para um regime democrático; a abertura do mercado; e a estabilização da economia (CARDOSO, 2001). A partir da difusão dos ideais democráticos, o presidente visou uma política em que se buscasse o alinhamento de temas dominantes nesse momento e comuns a seus parceiros (principalmente a preservação dos Direitos Humanos e do meio ambiente).

Era necessário mudar a visão do Brasil perante a comunidade internacional para que este adquirisse maior credibilidade em negociações internacionais, de forma que o governo se assemelhasse aos demais. A ideia era adotar uma nova lógica para a política externa brasileira que se desse por meio da autonomia pela integração (VIGEVANI *et al*, 2003), em que o país tivesse mais participação nos assuntos da agenda global.

Para alinhar-se, o Brasil passou a se envolver em questões internacionais com mais frequência, buscando sempre evidenciar sua inclinação ao respeito pela soberania dos Estados e ao princípio de não intervenção. Através de ações como a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 1998, os formadores de política têm construído uma imagem do Brasil como um país pacífico que coopera e coordena suas ações com os outros (CARDOSO, 2001, p.7), maximizando as vantagens da globalização para o seu desenvolvimento.

Grande parte da credibilidade externa do Brasil durante o governo FHC vem da realização do Plano Real e do êxito do acelerado processo de privatização que, em grande escala, estabilizou a economia interna do país, mesmo durante épocas de crise. Conforme afirma Vigevani:

Entre os resultados das mudanças favoráveis ao Brasil nos mandatos de FHC podemos citar: a confiabilidade despertada pelo país no exterior, possibilitando a atração de investimentos externos diretos, significativamente importantes para o sucesso da estabilidade macroeconômica; o apoio de organismos multilaterais e de governos de países desenvolvidos em momentos de ameaça de crise financeira e econômica, como a crise cambial de 1999 (VIGEVANI et al, p.11).

Sean Burges argumenta que o Brasil não possui recursos suficientes para sustentar o desenvolvimento da integração da América do Sul, contudo, acredita que a solução para a escassez de recursos enfrentados pelos formuladores da política externa durante o governo de FHC foi usar o contexto da abertura sub-regional e regional como uma ferramenta de busca por influência para guiá-los e direcioná-los.

A IIRSA é uma “[i]niciativa dos doze países sul-americanos que visa à promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicação sob uma visão regional” (IIRSA, s.d.). Esta surgiu no ano 2000 após uma reunião dos doze Chefes de Estado em Brasília e baseou-se na experiência brasileira de planejamento territorial – o Estudo dos Eixos, elaborado inicialmente pelo BNDES em 1998, tratando da elaboração de um mapa socioeconômico brasileiro identificando oportunidades de investimentos, tanto domésticos quanto internacionais (Eixos de Integração e Desenvolvimento, s.d.) – que tinha como objetivo planejar as relações do país. Logo, essa base deu origem à IIRSA, surgida durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, s.d.).

Com efeito, podemos identificar a presença de um elemento ideacional em direção ao início da integração latino-americana no cone sul, tendo a IIRSA como principal ação do governo em prol de uma integração física na região. A continuidade do projeto

é observada durante o governo Lula na elaboração de uma Carteira com mais de 300 projetos de infraestrutura para a integração com foco no setor de transportes, seguido pelo de energia e, em terceiro lugar, de comunicações (IIRSA, s.d.).

O governo Lula pautou suas negociações multilaterais tendo a consolidação do Mercosul como um dos principais objetivos em sua agenda, visando garantir um desenvolvimento sustentável e duradouro para si e para os outros parceiros da aliança sul-americana, ampliando assim o papel do país no cenário internacional.

Além de acordos multilaterais, o governo brasileiro procurou manter melhores relações bilaterais com os EUA e firmou novas alianças e parceiros estratégicos com os BRICs; com a China – consolidada pelo apoio brasileiro à sua entrada na OMC – duplicaram-se as exportações brasileiras durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso; com a Rússia, houve um aumento substancial de intercâmbio na década de 1990, notadamente no âmbito das exportações agrícolas do Brasil; com a Índia, por sua vez, não houve grandes acordos (FARIA, 2009).

Na busca de uma política externa mais participativa, o presidente Fernando Henrique Cardoso adotou a política moderada de “diplomacia presidencial”, que consistia na participação do Presidente em encontros e trocas de mensagens com outros líderes mundiais, sempre visando mostrar o maior envolvimento e interesse do país na comunidade internacional, aumentando sua confiança e credibilidade (LAMPREIA, 1998).

Em face à profunda crise econômica que o país enfrentava, Lula então buscou conciliar seus oponentes, principalmente o setor financeiro, preservando os principais elementos da política econômica neoliberal (ajuste fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante) e mantendo conteúdo das reformas liberalizantes.

Tradicionalmente, a diplomacia brasileira enfatizou políticas multilaterais, mas durante o governo Lula, seu foco recaiu sobre a diplomacia Sul-Sul, com grande esforço de expansão e fortalecimento do Mercosul (ALMEIDA, 2009). Apenas em seu segundo mandato, o presidente conseguiu alguns resultados na área econômica, mobilizando instrumentos de política anticíclica em relação à crise de 2008. Esse crescimento foi apoiado principalmente nos programas sociais, ao lado da ampliação de crédito para a elevação da demanda interna da economia (FARIA, 2009).

Notavelmente nessa última década, o Brasil tem aumentado seus investimentos em infraestrutura e em projetos de crescimento econômico como, por exemplo, o projeto Avança Brasil, que engloba tanto obras de infraestrutura e integração quanto

incentivos a pequenas empresas e economias locais. Outro destaque nessa discussão são os investimentos na hidrovia do rio Madeira, ponto de escoamento da produção nacional de soja para o Peru. Partindo das ideias de Burges (2008), podemos analisar tais projetos de crescimento como uma estratégia para ganhar visibilidade na região e tornar-se um país com condições de liderar o bloco sul-americano.

A economia brasileira, no governo Lula, se aperfeiçoou parcialmente, de maneira que, em 2004, a taxa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de 5,4% - melhor desempenho anual desde 1994. A expansão da economia agregada foi acompanhada de aumentos setoriais de 6,2% na indústria e 3,7% nos serviços. Graças a tal crescimento, calcula-se um aumento de 4,3% no nível do consumo familiar, indicando uma ampliação do orçamento familiar em 2004. Devido a uma melhora na economia, o Brasil “voltou a despertar a confiança dos investidores internacionais. O Risco Brasil, que chegou a superar 2.400 pontos em setembro de 2002, caiu para menos de 400 pontos ao final de 2004” (DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2005, p.7).

Ocorreu, também, um salto de 112% nos investimentos em saneamento em 2003 e 2004 e um crescimento de 28% no investimento de construção de moradias. A estratégia que o Brasil vem utilizando para tentar consolidar essa integração e ser importante dentro dela é o que Burges chama de hegemonia consensual. Para ele, o líder consensual não busca coagir os parceiros por meio da força ou chantagem, busca criar condições para que outros países queiram juntar-se a ele e lhe deleguem as funções de liderança do bloco.

O panorama de política externa brasileira atualmente se apresenta em quatro linhas. A primeira diz respeito à prioridade à integração da América do Sul a partir do Mercosul, centralizando uma estreita relação com a Argentina. A segunda, à tentativa de estabelecimento de alianças com grandes países em desenvolvimento, como China, Índia e África do Sul (SILVA, 2010). A terceira, por sua vez, se refere ao reconhecimento de vínculos especiais com a África e ampliação do diálogo com o mundo árabe. Por fim, destacam-se as negociações com as nações desenvolvidas para intensificar o acesso a mercados, investimentos e tecnologias.

### **Lançamento do Mercosul e suas deficiências como bloco**

Composto por Brasil, Argentina, Paraguai, Venezuela e Uruguai, “o Mercosul nasce em um contexto de alinhamento das diplomacias do Cone Sul à agenda neoliberal, ampliando e aprofundando os objetivos originais da relação bilateral Brasil-Argentina. A lógica do bloco guarda iniciativas diplomáticas de autonomia, distanciando-se das políticas norte-americanas” (PECEQUILO, 2010, p. 239).

No início de atividade, o Mercosul concentrou esforços na dimensão econômico-comercial, de maneira que a formação de uma união aduaneira e a livre troca de capitais se apresentavam como objetivos primordiais. Hoje em dia, contudo, o bloco ainda se atenta às assimetrias estruturais.

A partir de tais objetivos, criou-se o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), responsável por financiar programas de convergência estrutural, desenvolver a competitividade, promover a coesão social - especialmente nas regiões menos desenvolvidas -, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional.

O FOCEM estabeleceu quatro programas de desenvolvimento: o Programa de Convergência Estrutural, o Programa de Desenvolvimento da Competitividade, o Programa de Coesão Social e o Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração (MERCOSUR, 2009).

O Brasil é responsável por 70% dos recursos disponibilizados pelo FOCEM, o que demonstra a considerável assimetria entre sua economia e a dos demais Estados membros. Em contrapartida, sua atuação na proposição de projetos é mínima, limitando-se a um único projeto: a construção da BiUNILA, a Biblioteca da UNILA. Isso pode ser explicado pela complexidade das normas de aplicação dos recursos do FOCEM, que priorizam as menores economias do bloco, sendo os menores financiadores os mais beneficiados pelos programas do Fundo.

Ambicionando-se o avanço do bloco, em 1994 foi assinado o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção, que estabelece a estrutura institucional do bloco, intensificando seu viés jurídico. Nesse tratado, estabelece-se a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC), que objetiva facilitar o comércio entre os membros participantes com uma unidade tarifária para o comércio extra-regional e com a redução das assimetrias, bem como a atração de investimentos e a dinamização econômica (PECEQUILLO, 2010, p.240).

É importante ressaltar que o Mercosul aspira ainda tornar-se o “núcleo duro” da governabilidade regional, garantindo a estabilidade democrática e a paz no espaço sul-americano, sobretudo com base na relação especial construída entre Argentina e Brasil

(SERBIN, 2009). O arranjo do mesmo pôde ser considerado como uma zona de livre comércio e união aduaneira em fase de consolidação com matizes de mercado comum (PECEQUILO & SOREANU, 2010).

Como principais desafios, destacam-se a dupla cobrança da TEC (Tarifa Externa Comum), a continuidade do aprofundamento, a sustentabilidade macroeconômica do bloco com a superação das assimetrias entre os parceiros (principalmente Paraguai e Uruguai), a definição do papel da Venezuela que entrou posteriormente no bloco e, a retomada do crescimento das nações do Cone Sul.

Os primeiros conflitos intra-bloco e as assimetrias começaram a aparecer a partir de 1996 e aprofundaram-se com a crise econômica brasileira de 1998 e a desvalorização do real. Esses fatores contribuíram para uma crise que revelou as deficiências do modelo adotado no Tratado de Assunção. A crise argentina de 2001 reforçou as deficiências do Mercosul, gerando inclusive retrocessos no processo de integração regional (VÁZQUEZ & RUIZ, 2009).

Em essência, o Mercosul atende às reivindicações e aos objetivos brasileiros de convergência regional, mas o que se conclui é que era preciso criar uma nova proposta que apresentasse novos esquemas capazes de superar déficits tidos como responsáveis pelas crises internas do Mercado Comum do Sul em temas sociais e de produção. Para tal, necessita-se de interações e supervisão para além das metas comerciais previstas no Tratado de Assunção. Ademais, avança-se a ampliação do espaço de integração, incluindo países como membros associados ao bloco regional, articulando o Mercosul com um projeto mais amplo da integração na América do Sul (VÁZQUEZ & RUIZ, 2009).

Os presidentes Lula e Kirchner, recém-chegados ao poder em 2003, então se reuniram em Brasília, a fim de estabelecer mecanismos para reformular o bloco. O resultado da reunião é o Documento de Brasília, em que se reitera que a aliança estratégica entre as duas nações é fundamental para dar continuidade ao processo de integração. A partir dele, considera-se essencial aprimorar a qualidade da integração por meio de reformas nos âmbitos comercial e institucional, além do relacionamento externo do bloco, das dimensões social e produtiva e do melhoramento da infraestrutura regional (VÁZQUEZ & RUIZ, 2009).

Sean Burges (2008) coloca duas ideias como pontos centrais aos projetos regionalistas do Mercosul e da IIRSA. A primeira está próxima do sentimento de segurança econômica coletiva e de atração de mercados - nesse sentido, a construção de

um projeto sul-americano contribuiu para a reforma da economia regional de maneira que empresas de toda a região consolidaram mercados de produtos de alto valor agregado, e contribuiu também para as negociações entre nações sul-americanas de forma mais simétrica. A segunda ideia que Burges coloca se refere a como o multilateralismo vem “reconectando o ethos desenvolvimentista dos instrumentos regionalistas à substância da hegemonia consensual” (BURGES, 2008, p.75 ).

Para exemplificar a importância do lado ideacional no processo de integração sul-americano poderíamos citar uma série de discursos de representantes oficiais do Governo Brasileiro. Em 2008, durante um encontro de líderes do Mercosul, o presidente Lula disse o seguinte:

Por alguns anos esse bloco de Estados parece ter sido desvalorizado. Economias sofreram problemas e muitos de nós se sentiram frustrados. Os pequenos parceiros sentiram, com razão, que os benefícios da integração não os alcançaram. Nós decidimos enfrentar essas dificuldades dobrando nossas apostas no Mercosul. Com mais integração e mais solidariedade, nós consolidamos o que era possível consolidar... Hoje reunimos frutos de decisões tomadas durante os últimos anos. O Mercosul tem se mostrado como um instrumento vital para o aumento das trocas comerciais, o encorajamento à investimentos e a criação de empregos. Ele permitiu que nossos cidadãos conheçam uns aos outros melhor e que se sintam cada vez mais parte desse projeto(SILVA, 2008).

Em outro discurso, no mesmo ano, o então Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, chamando atenção para a integração dos países latino-americanos e sul-americanos em geral, fez a seguinte declaração em palestra dada na Universidade Federal do Rio de Janeiro:

A integração sul-americana cria um centro de gravidade alternativo ao que sempre existiu no Norte. Assim, prepara o caminho para a integração de um maior grupo na América Latina e Caribe. Sem a integração da América do Sul, a integração da América Latina é simplesmente um truque retórico, um sonho baseado na realidade cultural e lingüística, que são sem dúvida, importantes, mas que não tem fundamento na estrutura social e econômica (FARIA, 2009).

Diante do exposto, concluímos que o bloco apresenta uma margem ruim de indefinição em sua essência. Há incoerência em sua base jurídica. Denominar-se mercado comum e possuir órgãos de natureza intergovernamental vai de encontro à questão fundamental de esclarecer o que realmente deve ser buscado e quem deve determiná-lo (MESQUITA & MIZUTANI, 2005).

### O processo de construção da Unasul

No final do século XX, os países latino-americanos enfrentavam pesadas crises econômicas e foram pressionados a adotar novas políticas de liberalização, sobretudo a partir dos anos 1990. Ao mesmo tempo, como mecanismo de autodefesa e, ambicionando garantir sua inserção internacional, os mesmos buscaram alternativas de integração mais eficientes.

Em virtude do exposto, consolidou-se a formação da Unasul, que surge com o propósito de restabelecer os ideais continentais e suprir o déficit originado pelas assimetrias presentes nas agendas do Mercosul. A Unasul foi, essencialmente, um produto de políticas adotadas pelos principais chefes de Estado da região, motivados a criar uma forma de cooperação que suprisse suas defasagens econômicas e criasse um ambiente propício à resolução dos demais problemas estruturais – o que passava pela fortificação econômica, questão que permanecera fora do escopo do Mercosul.

Diferentemente do que ocorria antes, conquistou-se mais o apelo social e a Unasul pôde ser implantada como organismo efetivo. A estrutura delineada pelo Mercosul portanto serve como ponto de partida para as formulações da Unasul. Alguns teóricos argumentam que um dos fatores positivos para a adesão foi o estabelecimento de objetivos não ter reproduzido o modelo europeu, como se costumava fazer anteriormente (MARIANO, 2004).

Duas lideranças desempenham um papel fundamental na América do Sul e definem duas visões diferentes da integração regional. De um lado está Hugo Chávez, com um olhar geoestratégico, militar e fortemente ideológico; de outro, a diplomacia brasileira mais cautelosa e pragmática, baseada no desenvolvimento da economia e do comércio. O Brasil busca articular, de maneira gradual e consistente, os objetivos de Estado com os objetivos de governo.

A efetiva capacidade de assimilar a crise financeira global e de manter, nesse contexto, a estabilidade institucional e as políticas sociais, colocariam portanto as aspirações brasileiras em cheque. Estas são evidenciam tanto pela vontade de promover uma reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) e assegurar um assento permanente no Conselho de Segurança, como pela política ativa de articulação de interesses com o grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China e posteriormente África do Sul).

Segundo Mariano (2004), o intuito dos países na integração regional, independente do momento corrente, o ideal é superar o status de posição periférica no sistema internacional e triunfar sobre pressões externas. Neste intuito, deveria estar

presente também a condição de que a integração ultrapassa a esfera comercial e ambiciona alcançar esferas produtivas, políticas e sociais.

As obras que de fato puderam ser diretamente ligadas à integração vieram a partir da década de 1980, quando a região pôde observar o fortalecimento de regimes democráticos e a transição da ótica geopolítica para a ótica geoeconômica, que impulsionou a implantação de projetos que realmente promoveriam a integração (HOLANDA, 2001). Em 2000, durante a primeira reunião de presidentes sul-americanos, foi acordada a criação da IIRSA, projeto que visa tornar a infraestrutura regional mais eficiente, de maneira que possa contribuir para desenvolvimentos econômico e social mais robustos.

Outro fato importante foi a criação do Conselho Energético da América do Sul, que a priori seria integrado pelos ministros de energia de cada um dos países membros da Unasul que tivessem propostas de estratégias para a integração energética regional (SIEPIERSKI et al, 2009).

Mais recentemente, em 2002, a CAN – Comunidade Andina de Nações – definiu a integração energética como interesse estratégico do hemisfério. Então, em 2003, foi criado o Conselho de Ministros de Energia, Eletricidade, Hidrocarbonetos e Minas, que adotou como alguns de seus fundamentos a construção de mercados energéticos integrados e a formação de “clusters” energéticos (CARDOSO, 2006).

Com a exposta reformulação de integração, as interações no setor energético passaram a configurar um dos principais corredores estratégicos integracionistas destes governos, que passaram a priorizar projetos de cooperação entre suas estruturas estatais, como ocorre entre a Petróleos Brasileiros S.A. e a Petróleos da Venezuela S.A.

Neste sentido, destaca-se a 1ª Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana das Nações, realizada em 17 de abril de 2007 em Isla Margarita, como uma reunião importantíssima. Nela estavam presentes chefes de Estado e ministros dos doze países da América do Sul e foram discutidos os recursos disponíveis na região e estratégias de utilização dos mesmos, com o objetivo maior de combater a pobreza e os desequilíbrios econômicos ainda presentes na América Latina.

É sabido também que a reunião é importantíssima em termos políticos. Refletimos sobre isso ao consideramos uma possível crise energética que “pode atingir grandes dimensões e já causou, no fim do século passado, algumas guerras e golpes de Estado, como na Venezuela, a invasão do Iraque e as ameaças contra o Irã”, como mencionou o atual presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que justificou sua posição baseando-se em

alguns dados que indicam que a demanda de petróleo na América Latina crescerá “47%, contra 22% em escala mundial”; disse ainda que, “no caso do gás, os dados são alarmantes, porque o aumento será de 62% no mundo, mas 127% na América Latina” (SINDLAB, 2007).

As negociações iniciadas em 2007 se estenderam e então no ano seguinte realizou-se um novo encontro que acabou originando a assinatura do Tratado de Fundação da União das Nações Sul-Americanas – Unasul –, cuja secretaria permanente seria em Quito e fora encarregada de realizar reuniões periódicas capazes de acompanhar o que acontecia.

Estabeleceu-se também um Parlamento Sul-Americano em Cochabamba, bem como alguns planos para criar um Banco Central regional e, ainda, uma moeda única, um passaporte regional e, possivelmente a proposta de um Conselho de Defesa Sul-Americano.

A Unasul também constitui uma tentativa de criar uma esfera institucional capaz de abarcar toda a região, de maneira que seu principal instrumento é a integração produtiva – tendo como eixo a integração físico-energética. Além disso, tais articulações se apoiam nas múltiplas conexões atuais e potenciais no desenvolvimento energético da região. Tanto a infraestrutura física como a energética são questões que também requerem um enfoque regional no que toca o financiamento de projetos.

O enfoque no setor energético na região vem contemplando diversas modalidades de geração de energia: hidroeletricidade, gás, petróleo, biocombustíveis e energia nuclear. A despeito de tais matrizes analisadas, encontra-se uma tendência irreversível: a utilização dos biocombustíveis.

Para os países da América Latina, a produção de biocombustíveis representa uma oportunidade para seu desenvolvimento e se surge com o intuito de diminuir sua dependência frente aos combustíveis fósseis, que são muito custosos. Não se pode desprezar contudo que a região tem o maior potencial mundial em termos destes biocombustíveis.

As iniciativas de cooperação para a região têm sido lideradas principalmente pelo Brasil, que desde 2005 tem recebido, principalmente dos países da América Central, pedidos de cooperação técnica na área do álcool combustível. Em sua maioria, eles já produzem cana-de-açúcar e agora querem diversificar a utilização de seu cultivo produzindo energia (SIEPIERSKI et al, 2009).

Quanto à integração física, discutiremos nesta seção a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, principal projeto da região nesse âmbito. “[e]sta iniciativa é um processo multissetorial que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, em dez anos” (PAIM, 2003, p. 4).

De acordo com o próprio sítio do projeto, a IIRSA é um plano que almeja estabelecer um diálogo entre as principais autoridades responsáveis pela infraestrutura nos doze países sul-americanos engajados com o projeto (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Guiana, Suriname, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia). Seu principal objetivo é o desenvolvimento de infraestrutura sob uma visão regional dentre os países da América do Sul e também o desenvolvimento territorial equitativo e ao mesmo tempo sustentável para todos por parte de seus membros.

Na ocasião de sua criação, seus participantes estabeleceram a realização de ações conjuntas que impulsionassem o processo de intensificação política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas que estimulassem a cooperação e o desenvolvimento em sub-regiões mais isoladas do continente.

A IIRSA concentra seus esforços, juntamente com as instituições multilaterais e os países envolvidos, em três grandes áreas: Construção de uma visão estratégica física sul-americana, Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) e os Processos Setoriais de Integração (PSI). Os projetos do IIRSA são divididos em dez eixos e contemplam todos os países, nos setores de transporte, energia e comunicação, incluindo assim: a construção da conexão Cúcuta-Maracaibo na Colômbia; melhorias na rodovia Puerto Inca no Peru e na navegabilidade do rio Paraguai entre Apa e Corumbá; sistemas de previsão de nível do mesmo na Bolívia e Brasil; construção da ferrovia Cascavel-Foz do Iguaçu; ampliação de portos como o de Baradero, Diamante, entre outros na Argentina; pavimentação de rodovias; reordenamento de acessos ferroviários; construção de novas eclusas nos rios navegáveis; manutenção de pontes; e melhorias, construção e ampliação de aeroportos.

Constatamos que o movimento que moldou o Mercosul, por exemplo, deu-se em meio à crise política e econômica que abalava seus membros. A crise que, por um lado, fez com que o processo de integração caminhasse a passos lentos, não impediu, por outro lado, que o mesmo acontecesse e continuasse, ao seu ritmo, caminhando para seu amadurecimento.

Isso faz com que nos atentemos para o fato de que a Unasul, como iniciativa que veio para consolidar os inúmeros interesses convergentes entre os países da região, ainda enfrente crises semelhantes, além de contar com perfil político mais robusto, também se destaca como superior em função de sua projeção internacional.

A energia e as estruturas físico-logísticas são as bases para o desenvolvimento das outras esferas e refletem a vontade brasileira de impulsionar a institucionalização de um espaço geográfico composto por nações que, em sua maioria, fazem fronteira consigo. Trata-se, portanto, de um ato de liderança do Brasil que tem obtido apoio pelos demais países, alguns com particular entusiasmo, como o caso do Chile.

O mesmo se afirma em relação à iniciativa do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) de disponibilizar recursos financeiros em função de uma maior demanda de projetos definidos e de garantia na resolução das dificuldades de integração. Diversos projetos foram aprovados ou contratados para melhorar a infraestrutura no Equador, na Argentina e no Paraguai.

A partir de um conjunto de obras nesse sentido, o Brasil ambiciona um aumento na competitividade das empresas nacionais mediante o incremento dos fluxos intra- e inter-regionais de comércio; a maior atração de investimentos – nacionais e estrangeiros – para a superação dos gargalos estruturais; a ampliação de mercados para usufruir de ganhos de escala e de escopo.

O papel de líder consensual do Brasil se verifica parcialmente nas formulações de conclusão da Unasul. Inclusive, em 2008 observou-se que a estratégia brasileira fazer frente a quaisquer turbulências que ameacem a estabilidade regional ficou explícita durante com o agravamento da crise boliviana. Nesta ocasião, produziu-se a primeira intervenção bem-sucedida da Unasul nos assuntos internos de seus Estados membros.

Implicitamente, ela assumiu alguns elementos da “responsabilidade de proteger”, noção de proteção do Direito Humanitário promovida pela ONU. A intervenção na Bolívia foi organizada a partir condições sugeridas pelo Brasil aprovadas na cúpula da Unasul de Santiago do Chile em novembro de 2008.

Sendo assim, a conjuntura de negociação que envolveu a intervenção confirmou a crescente autonomia dos países sul-americanos na resolução de seus conflitos – que já havia sido manifestada pouco tempo antes, em março de 2008, com o papel desempenhado pelo Grupo do Rio no conflito gerado pela incursão colombiana em território equatoriano para atacar uma base das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

No entanto, vale ressaltar que a linha divisória não tem que ser tão clara, há diversas sobreposições. A América do Sul nunca vivenciou nada parecido com as configurações de integração regional como se vê atualmente. Tanto o Mercosul quanto o processo andino nasceram de um processo sub-regional, fruto da aproximação de países específicos. A Unasul, por sua vez, é o primeiro projeto cuja lógica é continental.

Finalmente, deve-se ressaltar que a ideia de institucionalizar o espaço sul-americano corresponde a tendências que são observadas em outras regiões. Trata-se de um regionalismo de geometria variável e de múltiplas velocidades, com exemplos que provavelmente influirão de forma cada vez maior no regionalismo sul-americano. (PEÑA, 2008).

## Conclusão

O futuro da Unasul ainda é uma incógnita. O histórico do frágil Mercosul traz o sentimento de que a União de Nações Sul-Americanas seguirá o mesmo caminho. A Unasul emerge e busca consolidar-se em uma conjuntura de grandes desafios, tanto no cenário internacional como no regional. Ao mesmo tempo, aponta para o papel essencial dos processos de integração no enfrentamento à globalização. Outro problema se encontra em como o Brasil deixou de assumir liderança efetiva até agora – com o intuito de não se comprometer nas áreas econômicas e de segurança. Hoje em dia, porém, este quadro vem se transformando e é do interesse de Brasília assumir estas responsabilidades.

Para que a União Sul-Americana caminhe de forma coesa, é preciso investir em áreas distintas, porém complementares. O investimento em infraestrutura faz-se necessário para que uma região como a América Latina torne-se uma teia comercial e, mais importante, com o Brasil em seu centro (BURGES, 2008). No governo Lula, apesar de terem sido criados projetos como o PAC (Projeto de Aceleração de Crescimento), que visa um investimento de até R\$ 500 milhões em setores como infraestrutura para os quatro anos do segundo mandato – além de uma série de mudanças administrativas e legislativas –, os números continuam insuficientes. A taxa anual de investimentos no Brasil chegou a 0,6% do PIB nesse período (descontados os montantes estaduais), enquanto que, em 1976, no governo Geisel, o mesmo índice alcançava a cifra de 1,9% do PIB. Entre 2003 e 2009, a taxa de investimento da União oscilou entre 0,2% – uma das mais baixas desde 1970 (O GLOBO, 2010). Das 12.520

obras do PAC programadas para todo o país, pouco mais de 1.200 foram feitas, ou 9,8% do total (O GLOBO, 2010). Os números que prometeram ser investidos nestas obras precisam ser realizados rigorosamente para que o bloco tenha capacidade de suportar a demanda comercial e a importância política que deseja atingir no cenário internacional.

Com efeito, a Unasul ainda carece de uma estrutura institucional capaz de sustentar suas decisões de longo do tempo. Os desafios enfrentados para o desenvolvimento da institucionalização do espaço sul-americano passam pela necessidade de conciliação com múltiplos espaços de inserção regional e global de cada país sul-americano (PEÑA, 2009). Ademais, inexistente o *empowerment*, ou delegação de autoridade, dos Estados e governos nacionais para as instituições regionais permitindo que essas cumpram suas funções de enfrentar e solucionar problemas de segurança das nações sul-americanas (OLIVEIRA, 2009). É difícil pensar no sucesso das instituições sem que alguns Estados da região exerçam plenamente a democracia. O que aconteceu na União Europeia, não é visível na Unasul. Os aspirantes a membros da UE tiveram que empreender reformas para ingressar no bloco, iniciativa que os membros da Unasul não encontram motivos para realizar. As disparidades dentro do bloco também dificultam o movimento dos países de abrirem mão de sua soberania para que outras instituições decidam por eles.

O maior desafio para o sucesso no plano cultural é a integração das sociedades da região. Até agora, esta não tem sido tida como fundamental aos projetos de integração. Os valores destas sociedades deveriam ser mais compartilhados, porém divergências ocorrem desde a época das respectivas colonizações espanhola e portuguesa. A independência da América portuguesa deu-se por um processo de continuidade do modelo português. A máquina pública funcionava para interesses privados e era grande repressora de movimentos nacionais. Após a independência, a integridade nacional continuou, assim como a monarquia. Já no processo de independência da América espanhola, ocorreu fragmentação política e foi adotado o modelo republicano e abolicionista. A identidade indígena faz parte das identidades nacionais colonizadas pela Espanha, e no Brasil são mais visíveis as raízes africanas como base da identidade nacional.

As mudanças devem vir de iniciativas de integração cultural. Um grande exemplo é que deve ser visto como o começo dessa iniciativa é a criação da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino Americana), situada na região trinacional de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, Brasil, que visa a disseminação do sentir e do

pensar latino-americano por meio da educação superior, mudando a concepção de inimigos. Deve-se investir nesses projetos hoje tanto em âmbito doméstico quanto regional para que, no futuro, algo além de uma união aduaneira possa ocorrer. Os governos devem pregar uma ideologia que crie um sentimento pan-americano e ao mesmo tempo incentivar a mistura da cultura através da música, de filmes, de companhias de dança, etc.

A região deve mudar a sua perspectiva, visto que o problema é como se inserir no esquema de livre comércio e da concorrência. O centro da integração está na complementaridade produtiva e na capacidade de potencializar os recursos, as capacidades e as vantagens de cada um dos países a serviço de todos (FACCIAS, 2010). Deve-se, portanto, prezar pela promoção do desenvolvimento de cada uma das nações e da conjugação dos esforços conjuntos, visando reduzir as disparidades que as separam. Com efeito, o subcontinente latino-americano conta com países de grande extensão e micro-países, com economias emergentes e economias estagnadas, com índices sociais de países subdesenvolvidos e países exemplares em termos de educação e saúde. Tais diferenças funcionam como um empecilho para a resolução dos problemas existentes.

Outra grande questão é que os países latino-americanos possuem inúmeras dificuldades de criar uma *policy* realmente democrática e que beneficie a todos de forma justa. Após anos de tentativas de estabelecimento da democracia, ainda não houve a consolidação plena da mesma.

É notável ainda a opção dos governos pela agenda nacional acima da agenda regional, quadro cuja inversão é de extrema importância para a consolidação de um bloco. Independente de qual seja o modelo de integração – brasileiro ou venezuelano – a entrar em execução, é importante que haja comprometimento por parte de seus membros e um apoio que legitime a tomada das rédeas pelo Brasil, tornando possível a existência da hegemonia consensual. É importante salientar que a hegemonia mais forte não é capaz de realizar tudo sozinha, ou seja, os esforços cooperativos vindos de outros Estados são necessários.

O Brasil é uma das cinco potências emergentes que se destacam no cenário internacional. Ainda que falte muito para tal, o “status” proveniente de sua presença no BRIC fortalece a legitimidade necessária para que o país possa exercer uma hegemonia consensual em nível continental.

Assim, confirmamos nossa hipótese, tornando necessária a implementação de uma política mais forte nas áreas de infraestrutura e energia no mandato do governo Lula,

para que as divergências nesses âmbitos sejam diminuídas e a “colcha de retalhos” sul-americana se torne cada vez mais coesa, e, menos heterogênea, o que pode vir a sanar problemas enfrentados pelo subcontinente atualmente. Também atentamos para a necessidade de projetos no plano cultural com a finalidade de unir os povos latino-americanos em busca de um interesse comum: uma maior projeção no cenário internacional.

É de suma importância também que os próximos estudos voltem seus holofotes para a necessidade imediata de investimentos em infraestrutura no continente sul-americano. É preciso que as futuras medidas vangloriem o objetivo de fortalecer a Unasul como um bloco, para que assim haja um entendimento mais sólido na política externa brasileira e, dessa forma, o país conquiste mais influência de atuação no âmbito internacional como um “*major player*”.

## Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Lula's Foreign Policy: regional and global strategies. In: LOVE, Joseph L.; BAER, Werner (Eds). **Brazil under Lula: Economy, Politics, and society under the working-president**. Nova York: Palgrave-Macmillian, 2009, pp.167-183.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o BRIC: o questionamento de um conceito. **Nueva Sociedad Especial em Português**, pp.133-152, out. 2008.

\_\_\_\_\_. Regionalismo Sul-Americano: uma visão estratégica a partir do Brasil. **Pontes**, v.3, n.6, dez. 2007. Disponível em < <http://ictsd.org/i/news/4412/>>. Acesso em: 14 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Uma Política Externa Engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.47, n.1, pp.162-184, jan./jun. 2004.

ARELLANO, Félix G. O Brasil e a Venezuela: Uma Relação Perigosa? **Nueva Sociedad Especial em Português**, Buenos Aires, pp.121-136, dez. 2009.

AUGUSTO, José; ALBUQUERQUE, Guilhon. O Intervencionismo na Política Externa Brasileira. **Nueva Sociedad Especial em Português**, Buenos Aires, pp.66-78, dez. 2009.

BATTAGLINO, Jorge. O Brasil e a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano: uma convergência de vantagens. **Nueva Sociedad Especial em Português**, Buenos Aires, pp.79-89, dez. 2009.

BORGES, Fábio. As relações do Brasil com os países amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2006): "hegemonia consensual" e seus limites In: CONGRÊS DU CEISAL, n.VI, jun./jul. 2010. Toulouse. **Resumos...** Université de Toulouse, pp. 1-8. 2010.

BURGES, Sean W. Consensual Hegemony: theorizing Brazilian foreign policy after the cold war. **International Relations**, v.22, n.65, pp.65-84, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. A Política Externa do Brasil no Início de um Novo Século: uma mensagem do presidente da república. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.44, n.1, pp.5-12, jan./jun., 2001.

**CARMEN FONSECA.** Sean W. Burges, Brazilian Foreign Policy after the Cold War. Florida, University Press of Florida, **229** pp, 2009.

**DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Brasil em Movimento**, abr. 2005. Disponível em:  
<<http://www.scribd.com/doc/32403471/25meses-Lula-Total>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

**EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.** Estudo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento. **Wisotel website** s.d. Disponível em  
<[http://www.wisotel.com.br/biblioteca/doc\\_de\\_referencia/governo\\_brasileiro/eixos\\_integracao\\_desenvolvimento.htm](http://www.wisotel.com.br/biblioteca/doc_de_referencia/governo_brasileiro/eixos_integracao_desenvolvimento.htm)>. Acesso em 22 set. 2011.

**FARIA, Luiz Augusto E.** A Nova Política Exterior do Brasil. **Nueva Sociedad Especial em Português**, Buenos Aires, pp.49-65, dez. 2009.

**FONDO PARA LA CONVERGENCIA ESTRUCTURAL DEL MERCOSUR.** Programas: ¿Cuales son los programas contemplados por el fondo? **Mercosul website** s.d. Disponível em:  
<<http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=programas-contemplados>>. Acesso em: 30 out. 2010.

**FONDO PARA LA CONVERGENCIA ESTRUCTURAL DEL MERCOSUR. ¿Que es el FOCEM?**. Disponível em: < <http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=que-es-el-focem>>. Acesso em: 30 out. 2010.

**IIRSA.** Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana. **IIRSA website** s.d. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/index01.asp?CodIdioma=POR>>. Acesso em: 22 set. 2011.

**IIRSA.** Complejo Hidroeléctrico del Río Madeira (Hidroeléctrica Santo Antonio e Hidroeléctrica Jirau). **IIRSA website**, 2009. Disponível em:  
<[http://iirsa.us33.toservers.com/detalle\\_proyecto.aspx?h=334&x=9&idioma=ES](http://iirsa.us33.toservers.com/detalle_proyecto.aspx?h=334&x=9&idioma=ES)>. Acesso em: 27 set. 2011.

**LÍDER PSDB CONTESTA BALANÇO DO PAC. O Globo website.** 4 fev. 2010. Disponível em:  
<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/02/04/lider-do-psdb-contesta-balanco-do-pac-915788678.asp> . Acessado em 3 de Nov. 2010

LAMPREIA, L.F. A Política Externa do Governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.41, n.2, pp.5-17, 1998.

MANTEGA, Guido. Apresentação na palestra Primeira Rodada de Consultas para a Construção da Visão Estratégica Sul-Americana no Brasil, em 23 nov. 2005 **BNDES website**, Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/mantega\\_IIRSA.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/mantega_IIRSA.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Investimento em educação é o maior da história. **Portal Brasil**, 4 nov. 2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/11/04/investimento-em-educacao-e-o-maior-da-historia>>. Acesso em: 5 nov. 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **América do Sul e Integração Regional**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional>>. Acesso em: 1 nov. 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). s.d.. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=302&sec=10>>. Acesso em 22 set. 2011.

MIZUTANI, Larissa Caetano; MESQUITA, Luís Góes. Intergovernamentalidade: o problema institucional do Mercosul. **Revista Jurídica**, Brasília, v.7, n.74, pp.1-15, ago./set., 2005.

OS DESAFIOS DA UNASUL E O CAMINHO DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL. **Fccias website** 22 out. 2010. Disponível em: <http://www.fccias.com/2010/10/desafios-da-Unasul-e-caminho-da-integracao-na-america-do-sul/>> . Acesso em 3 de novembro de 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos (1989-2008): As três fases contemporâneas. **Nueva Sociedad Especial em Português**, Buenos Aires, pp.86-103, out. 2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As Relações Internacionais do Brasil. In\_\_\_\_\_. **Manual do Candidato: política internacional**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, pp.179-267.

PEÑA, Felix. A Integração no Espaço Sul-Americano: A Unasul e o Mercosul podem se complementar?. **Nueva Sociedad Especial em Português**, Buenos Aires, pp.72-85, out. 2008.

RÊBELLO, Felipe César José Matos. A Coexistência no Mercosul-UNASUL. **Revista SJRJ** v. 18, n.30, pp. 55-68, abril, 2011. Disponível em: <[http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista\\_sjrz/article/viewFile/261/225](http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrz/article/viewFile/261/225)>. Acesso em: 1 out. 2011.

SANTOS, Sergio Caballeiro. El Mercosur Ideacional: un enfoque complementario para la integracion regional sudamericana. **Cuadernos de Política Exterior Argentina**, Rosário, n.98, pp.1-21, oct./dec., 2009.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático x autonomistas. **Real Instituto Elcano website**, 12 mar. 2010. Disponível em: <[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/zonas\\_es/america+latina/ari46-2010](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/america+latina/ari46-2010)>. Acesso em: 4 nov. 2010.

SECRETARÍA DEL MERCOSUR. **Acerca Del Mercosur. Mercosul wesite s.d.** Disponível em: <[http://www.mercosur.org.uy/t\\_generic.jsp?contentid=655&site=1&channel=secretaria&seccion=2](http://www.mercosur.org.uy/t_generic.jsp?contentid=655&site=1&channel=secretaria&seccion=2)>. Acesso em: 29 out. 2010.

SENHORAS, Elói Martins. Securitização internacional e o Conselho de Defesa Sul-Americano. **Mundorama: Divulgação Científica em Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/08/05/securitizacao-internacional-e-o-conselho-de-defesa-sul-americano-por-eloi-martins-senhoras/>>. Acesso em: 16 out. 2010.

SERBIN, Andrés. A América do Sul em um Mundo Multipolar: A Unasul é a alternativa?. **Nueva Sociedad Especial em Português**, Buenos Aires, pp.4-16, dez. 2009.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Atos assinados por ocasião da visita à África do Sul, 8-9 jul. 2010. **MRE website**, 9 jul. 2010. Disponível em: <2010 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/ato-assinado-por-ocasio-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-africa-do-sul-2013-8-e-9-de-julho-de-2010>>. Acesso em: 9 fev. 2011.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discursos: Reunião da Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados. Resenha de Política Exterior do Brasil, **Ministério das Relações Exteriores**, Departamento de Comunicação e Documentação: Brasília, n.103, p.31-36, 2008.

SOARES FILHO, José. Mercosul: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **Revista CEJ**, Ano XIII, n. 46, pp. 21-38, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/viewFile/1283/1284>>. Acesso em: 1 out. 2011.

SOUZA, Nilson Araújo; RODRIGUES, Larissa Araújo; SIEPIERSKI, Guilherme Grinsbergs. Globalização e alteroglobalização: Integração física e energética na América do Sul In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n.X. Universidade do Minho, **Resumos...** Instituto de Ciências Sociais, 2008. pp.1-776.

VAQUEZ, Mariana; RUIZ, José Briceño. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad Especial em Português**, Buenos Aires, pp.33-48, dez. 2009.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M.F. de; CINTRA, R. Política Externa no Governo FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, São Paulo, v.15, n.2, pp.31-61, 2003.